

Projeto: RCI e transparência de compras públicas

Este documento foi elaborado com o objetivo de sumarizar a temática da Coordenadoria de Promoção da Integridade (COPI) e da Divisão de Transparência Ativa e Dados Abertos (DTA) para aplicação juntos aos Responsáveis pelo Controle Interno (RCI) da PMSP ao longo de 2024.

As atividades são relacionadas à implementação da Política Municipal de Dados Abertos e Transparência Ativa (Lei Municipal nº 17.901/2023). Nesse sentido, o enfoque seria no processo de atualização do Catálogo Municipal de Bases de Dados e na construção dos Planos Setoriais de Transparência e Dados Abertos pelos órgãos e entidades da PMSP.

É importante ressaltar que a Controladoria Geral do Município está trabalhando na regulamentação do processo anual que será aplicado junto aos RCI em 2024, sendo que a sua vigência oficial será a partir de 2025. Sendo assim, a proposta de atividades segue como uma forma de apoiar e apresentar aos RCI o processo de criação do PSTDA em conjunto à atualização do CMBD.

Destacamos que a atualização do CMBD é realizada pela CGM junto aos órgãos e entidades da PMSP desde 2017, sendo que a partir de 2020 o processo passou a ter periodicidade anual de atualização. Ao incluir o CMBD como Plano de Trabalho dos RCI em 2024, a DTA pretende racionalizar o processo conduzido junto aos órgãos - considerando que os RCI já serão responsáveis pela implementação da Política em suas respectivas unidades - além de reforçar a participação na atualização do Catálogo.

As outras etapas incluídas no processo anual de implementação da PMDATA seriam a criação de um Plano Setorial de Transparência e Dados Abertos (PSTDA), e a disponibilização das bases de dados conforme o planejamento elaborado. Para isso, os RCI deverão contar com capacitações e plantões de dúvidas ao longo do ano, que incluirão os respectivos setores de comunicação dos órgãos - que vão gerenciar o Portal de Dados Abertos e atualizar as informações disponíveis.

A função dos RCIs seria então de conduzir o processo de atualização do CMBD, planejamento de abertura das bases de dados, além da criação e manutenção dos fluxos internos de atualização dos arquivos no Portal de Dados Abertos. É importante destacar que as unidades internas dos órgãos e entidades deverão auxiliar o RCI na catalogação das bases de dados, planejamento de abertura e envio regular dos dados aos responsáveis pela gestão do Portal de Dados Abertos.

Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho deve indicar e descrever as atividades que serão desenvolvidas pelo órgão ou entidade ao longo do ano. O plano reúne as etapas de capacitação (preparação dos servidores responsáveis), diagnóstico (identificação das bases de dados) e ações (elaboração do Plano Setorial de Transparência e Dados Abertos e disponibilização dos dados conforme este planejamento).

A Etapa de diagnóstico é essencial para o desenvolvimento das atividades de RCI. É nessa etapa que os responsáveis pelo controle interno vão iniciar o contato junto às áreas do órgão ou entidade, preparando-os para a atualização do CMBD. Como referência para os RCI será fornecido todo o material de apoio necessário, o Catálogo anterior (como referência sobre as bases de dados que já constam na relação), além do cronograma das próximas etapas de trabalho.

O CMBD foi estabelecido através do Decreto Municipal nº 54.779/2014, e a sua periodicidade foi reforçada através da Lei Municipal nº 17.273/2020, sendo responsabilidade da alta administração de cada órgão ou entidade a sua atualização. Cabe destacar que a participação de todos os órgãos e entidades da PMSB neste processo de atualização é obrigatória, e os dados que constarão na tabela serão de responsabilidade dos mesmos.

Pretende-se oferecer capacitação sobre a atualização do CMBD, orientando os RCIs sobre quais os metadados solicitados, formas de identificação de uma base de dados, objetivos do CMBD, dentre outros aspectos sobre a atualização do Catálogo. A DTA também pretende instruí-los a respeito da criação dos PSTDA, que deverá ocorrer junto da entrega do Plano de Trabalho (CMBD). Com isso, ao longo de 2024 os RCIs ficarão responsáveis por implementar medidas que visem os seguintes objetivos:

1. Atualizar o Catálogo Municipal de Bases de Dados;
2. Elaboração inicial do Plano Setorial de Transparência e Dados Abertos da unidade;
3. Disponibilização das bases de dados no Portal de Dados Abertos, conforme o PSTDA da unidade.

Acompanhamento

Conforme destacado anteriormente, na elaboração do Plano de Trabalho – que consiste no levantamento do CMBD do órgão/entidade - os RCI deverão trabalhar também no Plano Setorial de Transparência e Dados Abertos (PSTDA) da unidade. Para isso, a DTA também abordará na capacitação inicial dos RCI como deverá ocorrer a elaboração dos respectivos Planos Setoriais de Transparência, quais informações deverão constar nesse planejamento, e qual o processo para a disponibilização dos dados através do Portal de Dados Abertos.

Os RCI deverão receber o apoio das áreas responsáveis pela produção de bases de dados para a elaboração do PSTDA da unidade, e também dos setores de comunicação - que serão treinados para a alimentação do Portal de Dados Abertos, de acordo com o PSTDA. A DTA deverá prestar o apoio necessário aos RCI e demais envolvidos ao longo do segundo semestre, como forma de promover o correto processo de disponibilização das bases de dados.

O Relatório Final de Acompanhamento consistirá em documento que sintetiza o PSTDA do órgão com base no levantamento do Plano de Trabalho, e no registro sobre quais as bases de dados foram disponibilizadas para a sociedade através do Portal de Dados Abertos. Desta forma, serão verificados os Planos e a sua execução mediante a apresentação de comprovação - link para conjunto de dados no Portal de Dados Abertos.

Ao fim do processo, a DTA pretende promover a utilização do Portal de Dados Abertos como plataforma de disponibilização de dados setoriais, e também a disponibilização dos respectivos PSTDAs nos portais institucionais dos órgãos.

Cronograma

Etapa	Atividade	Periodicidade
Plano de Trabalho	1. Mapeamento dos responsáveis	Pontual
	2. Elaboração do CMBD	Pontual
	3. Elaboração do PSTDA	Pontual
Acompanhamento e Apoio Operacional	4. Treinamento dos setores de comunicação para utilização do Portal de Dados Abertos	Pontual
	5. Articulação junto às áreas produtoras de dados para criação de fluxo de informação	Pontual
	6. Criação de novos conjuntos de dados e manutenção da atualidade das informações	Mensal
Relatório Final	7. Comprovação da disponibilização dos dados e PSTDA elaborado	Pontual

Texto Padrão de entrega do Plano de Trabalho

De acordo com os prazos estipulados na Portaria CGM 126/2020, o Responsável pelo Controle Interno da [NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE] registra no presente documento a confirmação de participação no levantamento anual do Catálogo Municipal de Bases de Dados – atividade conduzida pela Divisão de Transparência Ativa no âmbito do Plano de Trabalho dos RCI em 2024.

Para isso, o RCI consultou as unidades internas para revisão dos dados disponíveis no último CMBD, e criação dos Planos Setoriais de Transparência e Dados Abertos (PSTDA). O resultado desta revisão pode ser conferido no [DOCUMENTO SEI COM A TABELA], constituindo o Plano de Trabalho do órgão/entidade.

Ao longo de 2024, o RCI trabalhará junto das unidades da [NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE] para execução do PSTDA, incluindo no repositório do Portal de Dados Abertos as bases de dados discriminadas neste levantamento.